

REQUERIMENTO Nº DE 2016
(do Sr. Padre João)

Requer a realização conjunta de audiência pública nas Comissão de Direitos Humanos e Minorias e Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público a fim de debater as denúncias relacionadas ao trabalho análogo ao escravo utilizado por fazendas no sul de Minas Gerais.

Requeiro a realização conjunta de Audiência Pública nas Comissão de Direitos Humanos e Minorias e Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público a fim de debater as denúncias de utilização de trabalho análogo ao escravo por fazendas produtoras de café no sul de Minas Gerais.

Para tal, devem ser convidados representantes do Ministério do Trabalho e Previdência Social, do Ministério Público do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho, Polícia Federal, Empresa certificadora de qualidade de café, Articulação dos Empregados e Empregadas Rurais de Minas Gerais, além dos representantes das empresas envolvidas.

JUSTIFICAÇÃO

No começo de março, duas das maiores empresas que comercializam o café, a Nestlé e a Jacobs Douwe Egberts, reconheceram que o trabalho escravo pode ter sido utilizado em sua cadeia produtiva, após terem recebido denúncia da organização dinamarquesa DanWatch¹².

As matérias publicadas por jornais ingleses relatam que, apesar do combate a essa forma degradante de trabalho por parte do Governo brasileiro, algumas fazendas cafeeiras ainda adotam a prática do trabalho

¹ <http://www.theguardian.com/global-development/2016/mar/02/nestle-admits-slave-labour-risk-on-brazil-coffee-plantations>

² <http://www.dailymail.co.uk/news/article-3474326/Was-morning-coffee-harvested-slaves-Nestl-Jacobs-Douwe-Egberts-admit-beans-grown-using-forced-labour-Brazilian-plantations.html>

análogo ao escravo, seja pelas condições pouco dignas a que são submetidos os trabalhadores, seja pela dívida que adquirem com o seu empregador.

As empresas responsáveis por nescafé, nespresso, dolce gusto, senseo, entre outros produtos, reconhecem que não têm o total controle das condições de trabalho em toda cadeia produtiva.

Deve, portanto, ser debatido o importante tema, bem como medidas para a prevenção dessa prática contrária à dignidade do trabalho. Conto, certamente, com o apoio dos ilustres membros das Comissões a fim de aprovar o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 2016.

Deputado PADRE JOÃO
PT-MG